

Comissão Arinos e o jurista da casa

Falta ainda uma rodada de reuniões (prevista para agosto) da comissão constitucional para que o professor Afonso Arinos se aplique à elaboração do documento final com que encaminhará ao presidente da República as conclusões surgidas das votações parciais e plenárias da matéria estudada. Nesse documento, mestre Arinos deverá fazer definições pessoais e aconselhar o governo quanto ao encaminhamento dos estudos realizados com tanto êxito.

Na verdade, a comissão excedeu a expectativa inicial não só por ter aglutinado e dominado os debates, removendo as objeções com que tentaram embargá-la, como pela novidade de algumas colocações adotadas e o espírito moderno de que vão se revestindo as conclusões. Os membros da comissão estão razoavelmente otimistas embora percebam que a luta entre conservadores e progressistas deva ganhar vigor no seio da Constituinte, como o indicam os rumores sobre mobilização eleitoral. A escolha dos governadores, com reflexo na composição das bancadas, seria um dado nada negligenciável para avaliação das tendências que irão predominar na elaboração da nova Carta. A eventual vitória do sr Paulo Maluf em São Paulo reforçaria a ala conservadora mais à direita e poria em xeque algumas posições do atual governo montado sobre o malogro da sua candidatura presidencial em 1984.

O trabalho da comissão Afonso Arinos, no entanto, não terá sido inútil nem prematuro, pois não só deu uma súpula do pensamento político dominante no país como poderá desdobrar-se ainda na preparação de um anteprojeto que está nos sonhos do famoso mestre de direito constitucional e de ciência política. É possível que esse anteprojeto brote ainda no desfecho dos trabalhos em curso com redação de Afonso Arinos, respeitadas as opções vitoriosas no colegiado. Mas, se tal ocorrer, o presidente José Sarney dificilmente o adotaria como uma fórmula ou uma opção do governo, limitando-se a divulgar o que receber ou a remeter relatórios e conclusões ao futuro Congresso Constituinte sem antecipar pontos de vista do seu governo.

O Presidente pensa ter atendido ao esquema traçado pelo falecido Tancredo Neves e prestado ao professor Afonso Arinos a homenagem que lhe é devida pelo esforço de, na sua idade, dedicar-se com tal amor e eficiência a tarefas normalmente assumidas por pessoas mais jovens. Como se sabe, há entre o Presidente e o professor uma ligação afetiva de longa data e comprovada em algumas lutas em comum. Mas o fato é que o sr José Sarney não é agora um político da área parlamentar vinculado a idéias pessoais ou a esquemas teóricos. Ele, investido na situação de Presidente, assume como sua a opção do seu governo, elaborada nas decisões do dia-a-dia, tantas vezes impostas por emergências ou por pensamentos oriundos de áreas que ganharam espaço e liderança na equipe que comanda.

Toda sua política econômica e social será, assim, em matéria constitucional, permeada pelo plano cruzado, o qual, se é um documento de conjuntura, pretende abrir caminho para uma nova estrutura da economia nacional com reflexos na consolidação de uma nação desenvolvida e definitivamente vinculada a uma economia de mercado. O governo Sarney alimenta com certo otimismo a expectativa de estar dando realidade ao sonho do Brasil engrandecido na sua economia e definido no seu ideal democrático. Não será difícil, a partir daí, supor-se que as forças internas que atuam no Palácio do Planalto gerem seu próprio pensamento constitucional, independentemente das conclusões dos cientistas reunidos pelo sr Afonso Arinos.

Para a equipe com a qual o presidente Sarney vai se habituando a trabalhar existe até mesmo um especialista em matéria de leis, logo de Constituição, embora não seja propriamente um constitucionalista o consultor geral da República. Mas o sr Saulo Ramos, que redigiu sozinho o plano cruzado, e se desincumbe com desenvoltura e rapidez jornalística das diversas tarefas que lhe caem à mesa, será normalmente induzido a dar a forma, que tantas vezes esconde o conteúdo, ao neoconstitucionalismo nascente no Palácio do Planalto. O encaminhamento do projeto que instrumentaria o pensamento dominante no governo poderia ser informal, por intermédio dos canais, partidários ou não, que o presidente terá na Constituinte.

O brilhante estudo da comissão Afonso Arinos influirá, por sua importância especial, nos debates da assembléia, mas só circunstancialmente coincidirá com o que se pensa hoje em matéria de organização política no Palácio do Planalto. O jurista da casa é o sr Saulo Ramos, que não é professor mas um atilado advogado, habituado ao realismo das fórmulas concretas de composição de interesses mais do que de idéias.

ANC 88

Pasta Jan/Jul 86